

Revista

HOSPITALIDADE

ISSN 1807-975X

V. VI, número 2 - Dezembro 2009

Análise da participação e identificação de residentes com o padrão de turismo desenvolvido na cidade de Ilhéus (BA)¹

Analysis of the residents' participation and identification with the standard of tourism developed in the city of Ilhéus (BA)

Análisis de la participación y la identificación de residentes con el modelo de turismo desarrollado en la ciudad de Ilhéus (BA)

Angye Cássia Noia²
Marco Aurélio Ávila³
Moema M^a. B. C. Midlej⁴

1 Artigo extraído de parte da dissertação de Angye Cássia Noia, intitulada “Por uma Perspectiva Endógena do Turismo: avaliação, expectativas, participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus-BA” apresentada, em janeiro de 2008, para a titulação de mestre, ao Mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, Bahia. Orientada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Ávila e co-orientada pela Prof^a. Dr^a. Moema M^a. B. C. Midlej. A pesquisa ficou em 1^o lugar no Prêmio Tese Destaque ANPTUR 2008 – Categoria Dissertação.

2 Doutoranda em Ciências Sociais – CPDA/UFRRJ – RJ, Brasil, bolsista Capes (2008), Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA e Graduada em Economia – UESC/Bahia. E-mail: angyecassianoia@yahoo.com.br.

3 Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria – ULPGC – Espanha. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA. E-mail: marco@ativanet.com.br.

4 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professora titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA. E-mail: moema@uesc.br.

RESUMO: Esse estudo teve como objetivo analisar a identidade, a participação e as perspectivas dos residentes de Ilhéus - BA em relação ao turismo que ocorre na cidade. A metodologia foi composta de pesquisa interdisciplinar e bibliográfica, com abordagem qualitativa e quantitativa e utilização dos métodos estatístico, descritivo, comparativo e analítico. A coleta de dados secundários foi realizada em livros, teses, dissertações e artigos e os dados primários foram coletados através da aplicação de 337 formulários aos residentes da cidade. Apesar da comunidade se identificar com sua história em função do patrimônio material, imaterial e da memória coletiva, ficou claro que, sendo a cultura dinâmica, os elos entre o passado e o presente precisam ser re-significados, agregando sentidos e perfis atuais, não desconsiderando a perpetuação de costumes e fazeres tradicionais. Quanto ao aspecto participação, foi verificada descrença em relação ao setor público, insatisfação quanto à concentração do usufruto e benefícios do turismo e reduzido reconhecimento do papel de cada indivíduo, fatores que desestimulam a participação da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Cultura. Identidade. Participação. Ilhéus-BA.

ABSTRACT: That research had as objective analyze the identification, the participation and the perspectives of the residents of Ilhéus (BA) in relation to the tourism developed in the city. The methodology was constituted of interdisciplinary and bibliographical research, qualitative and quantitative approach, use of the statistician, descriptive, comparative and analytical methods. The collects of secondary data was in books, thesis, dissertations and articles and of primary data through the application of 337 forms to residents of the city. In spite of the society identify with its history in function of the material and immaterial patrimony and of the collective memory, it was evident that, being dynamic the culture, the links between the past and the present need to be reverse-meanings, joining senses and current profiles, not disrespecting the perpetuation of habits and traditional doings. As for the participation aspect, was verified disbelief in relation to the public section, dissatisfaction as for the concentration of the usufruct and benefits of the tourism and reduced recognition of each individual's paper, factors that discourage the community's participation.

KEYWORDS: Tourism. Culture. Identity. Participation. Ilhéus/BA.

RESUMEN: Ese estudio tuvo como objetivo analizar la identidad, la participación y las perspectivas de los residentes de Ilhéus - BA con relación al turismo que ocurre en la ciudad. La metodología fue compuesta de pesquisa interdisciplinaria y bibliográfica, con abordaje cualitativo y cuantitativo, además de la utilización de los métodos estadístico, descriptivo, comparativo y analítico. La recogida de datos secundarios fue realizada en libros, tesis, disertaciones y artículos, y los datos primarios fueron colectados a través de la aplicación de 337 formularios a los residentes de la ciudad. A pesar de la comunidad identificarse con su historia en función del patrimonio material, inmaterial y de la memoria colectiva, se puso claro que, siendo la cultura dinámica, los eslabones entre el pasado y el presente necesitan de un nuevo significado, añadiendo sentidos y perfiles actuales, sin desconsiderar la perpetuación de las costumbres y tradiciones. En cuanto al aspecto participación, fue verificada la descreencia con relación al sector público, insatisfacción en cuanto a la concentración de los beneficios del turismo y reducido reconocimiento del papel de cada individuo, factores que no estimulan la participación de la comunidad.

PALABRAS CLAVE: Turismo. Cultura. Identidad. Participación. Ilhéus-BA.

INTRODUÇÃO

A formação histórica da cidade de Ilhéus tem raízes estruturais na memória e ordenação social resultante da cacauicultura, que legou à cidade o título de terra dos “frutos de ouro” e “Princesinha do Sul” da Bahia, contada em prosa e verso por literários cujo expoente foi Jorge Amado. A perpetuação, características e importância dessa atividade na economia local foram os pilares da construção social, do mito fundador, do imaginário, da identidade e da memória coletiva que, segundo Le Goff (1990, p. 425), “assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas”.

Pode-se afirmar que os responsáveis pela economia cacauieira construíram a sociedade ilheense de forma desmembrada, excludente, sem visão política de integração e parcerias, por ter sido permanentemente guiada pelo clientelismo, reciprocidade e exploração (RIBEIRO, 2005). No longo prazo, as identidades e os costumes construídos a partir da cacauicultura tornar-se-iam impróprios à sociedade em atividades que exigissem a agregação de todos os atores sociais. Os habitantes acostumaram-se à não participação nas questões locais, já que não tinham poder de voz, de decisão e ação.

Analisando o turismo que é desenvolvido na cidade de Ilhéus – BA observa-se que não há a comunhão necessária e adequada de princípios e perspectivas entre os agentes. Refletindo uma questão intrincada de constituição dos poderes⁵ locais, que remete ainda “às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas” (FISCHER, 2002, p. 13). A construção de uma rede turística dinâmica e harmoniosa exige uma gestão turística de caráter participativo e democratizante, a fim de incluir todos os agentes envolvidos na promoção do turismo local. Levando em consideração especificidades da formação histórica, a dinâmica do lugar, a necessidade de maturação/experiência, de capacitação e de conscientização da comunidade local para o desenvolvimento de novas atividades econômicas. Entretanto, o cenário comum do desenvolvimento turístico é de práticas de gestão não participativa, nas quais os residentes não têm poder de influência em questões que envolvem sua rotina e qualidade de vida (IRVING; MENDONÇA, 2003). Em geral, essa realidade é justificada pela despolitização, desarticulação, baixo nível educacional e analfabetismo funcional de grande parte da população local de variados destinos turísticos.

Independentemente dos fatores limitantes à participação e integração da comunidade em níveis ideais, considerou-se necessário e oportuno desenvolver essa pesquisa, devido à imaturidade do turismo promovido na cidade. Ou seja, as falhas ou ‘vícios’ processuais ainda estão em patamares baixos, facilitando a execução de ações integradoras, ampliação do poder difusor dos benefícios e cooptação de parceiros para monitoramento e minimização dos impactos negativos da atividade.

A coleta de dados relativos às formas de participação e a identificação de residentes com o turismo, buscou evidenciar e reforçar a “essência da cultura: o estado de sujeito” (DEBENEST, 2006, s.p.); evidenciar a indispensabilidade de integrar a população local ao processo de desenvolvimento da atividade turística, uma vez que “nenhum indivíduo conhece totalmente o seu sistema cultural” (LARAIA, 1997, p. 88), além de ampliar o leque de informações sobre a cidade e seus habitantes, para que a oferta de produtos culturais tenha “personalidade e imagem referenciada no local e seu povo” (BRANDT, 2006, s.p.).

⁵ “O poder pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir, quanto como a capacidade de produzir comportamentos específicos. O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio, no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há uma dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação” (FISCHER, 2002, p. 14).

A pesquisa desenvolvida teve caráter multi e interdisciplinar, natureza bibliográfica, aplicada, qualitativa e quantitativa. Fez-se o uso dos métodos descritivo, explicativo, comparativo e estatístico (DENCKER, 1998). Os dados foram coletados por meio de aplicação de 337 formulários em três pontos estratégicos da cidade (zona sul, centro e zona norte) em função do fluxo de pessoas e da diversidade de perfis. A participação de residentes na pesquisa foi limitada por dois critérios: ter idade mínima de 18 anos e morar na cidade há pelo menos oito anos. A segunda condição foi definida em função da maior crise da cacauicultura ter sido em 1989, levando a um maior interesse pelo turismo enquanto atividade econômica a partir da década de 1990. Assim, o período estabelecido reflete tempo razoável para avaliar o desenvolvimento do turismo na cidade de Ilhéus.

Foi utilizada a amostragem probabilística simples (SAMARA; BARROS, 1997) com base na população economicamente ativa do município, com nível de confiança de 90% e erro parametral de 4%. Os respondentes foram mantidos em anonimato e tiveram o direito de decidir em relação à resposta total ou parcial do formulário, em função de requisitos como conhecimento, vontade e tempo. A coleta de dados teve duração de seis dias e foi efetuada no terceiro trimestre de 2007 nos turnos matutino (09:00 às 12:00 horas) e vespertino (14:00 às 17:00 horas). Para a tabulação e sistematização dos dados utilizou-se o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (*Statistics Package for Social Sciences – SPSS*) e o Excel. A análise dos resultados foi sustentada por um diálogo reflexivo com o referencial teórico, norteada por uma visão holística (DENCKER, 1998). Os resultados obtidos podem ser relacionados ao universo populacional de Ilhéus através da “generalização estatística” devido aos cálculos de amostragem, ou, por “generalização lógica”, onde os dados podem ser transpostos a outros indivíduos com perfil semelhante (APPOLINÁRIO, 2006).

Turismo e identidade: relações socioespaciais

De acordo com Brandão (2006, p. 61) o espaço citadino “é o lugar doador de sentido à existência individual [...] onde o indivíduo se reconhece dentro de uma tradição, conquista uma identidade e se constitui como um eu a dialogar com um outro”. Carlos (1999, p. 26) estende os sentidos que envolvem a cidade ao concebê-la como

um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e também uma cultura. [...] A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias.

Portanto, a exclusão de indivíduos e/ou grupos da dinâmica social contradiz a compreensão da cidade como o *locus* de construção do cidadão, que para ser realizado, deve, “além de representar um papel, ajudar a criar o seu texto” (BRANDÃO, 2006, p. 62). Pode-se apreender, desse contexto, a dificuldade em compatibilizar interesses divergentes dos diversos grupos sociais. Soma-se a isso o que Le Goff (1990) chama de afloramento de fatos passados, que através da memória impactam, no presente, as relações entre os indivíduos. Por exemplo, trabalhar e reconstruir aspectos culturais e identitários através da memória coletiva envolve a escolha de eventos passados que mantenham conexão material ou simbólica com o presente. A complexidade no trato da identidade de um povo pode ser bem explicitada a partir da seguinte argumentação de Castells (1999):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/ espaço (CASTELLS, 1999, p. 23).

A variabilidade identitária tem raízes na hibridização sociocultural determinada pela globalização; compreendida, no âmbito cultural, como um processo de reordenamento das diferenças e diversidades, em integração com a multiculturalidade (CANCLINI, 1999). Portanto, as hibridações “levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. [...] Assim, as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 2003, p. 348). Laclau citado por Hall (1999, p. 17-18) argumenta que “o deslocamento [sociocultural] tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações”.

Diante da constante transmutação de sentidos e significados socioculturais resultantes dos efeitos da globalização, Hall (1999) sugere que o termo identificação, que traz intrinsecamente a noção de processo, seja preferido em relação ao termo identidade, que reflete o sentido de algo pronto, acabado. Hall (1999) explicita, ainda, dois conceitos importantes, desenvolvidos por Homi Bhabha, entre os quais as identidades gravitam, que é o de Tradição, “tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas”, e o conceito de Tradução, no qual “as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou puras” (HALL, 1999, p. 87).

Quanto à harmonização da pluralidade de identidades, Burity (2005, p. 65) ressalta que “trata-se de uma questão de quanto tais atores aceitam a dívida simbólica para com o outro na constituição de suas próprias identidades e em que medida estão preparados para ‘administrar’ a diferença dentro de si mesmos”. As identidades coletivas são construídas num contexto social a partir de uma memória oficial, dominante, cujo conteúdo simbólico resulta de relações de poder (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, alguns grupos são marginalizados e como forma de defesa cultivam memórias subterrâneas (suas referências enquanto indivíduo), além de reduzirem o seu engajamento em ações visando melhorias para o espaço, caso não possuam um sentimento de pertença.

Seguindo esses parâmetros, Castells (1999) estabelece três segmentos identitários: identidade legitimadora (expansão e racionalização do controle sobre os atores sociais pelas instituições dominantes), de resistência (grupos marginalizados que apresentam resistência às instituições sociais dominantes) e de projeto (tentativa de redefinir a organização social). Dessa forma, Hopenhayn (2003) defende que a comunicação entre os atores, no tempo e no espaço, deve estar voltada para o aprendizado da prática cotidiana em uma sociedade multicultural, respeitando as diversidades e convivendo com as diferenças. “O aprendizado da diferença transforma-se, assim, em aprendizado da cidadania: aprender a pôr-se no lugar do outro e ver com os olhos do outro” (HOPENHAYN, 2003, p. 316).

Turismo e participação comunitária

As primeiras noções de participação na condução do desenvolvimento das cidades remontam aos tempos da Grécia antiga, com a criação da democracia. A democracia era a possibilidade do *demos* (povo camponês) exercer a cidadania. Nessa época, a cidadania estava diretamente relacionada à liberdade em relação ao senhorio; ou ainda, quando os proprietários se tornavam livres em relação aos monarcas, na transição do feudalismo para o capitalismo. Na Inglaterra, foi difundida a concepção de que a cidadania “seria reservada para os homens proprietários e deveria excluir não apenas as mulheres, mas também os homens que não tivessem com que viver por si só” (WOOD, 2003, p. 170), impedindo a participação política daqueles que dependessem do trabalho para sobreviver. O centro de controle das massas foi transposto do senhorio para a propriedade.

Enquanto na Grécia era reduzido o corpo cívico, na Europa, com o capitalismo liberal, era reduzido o poder de ação das massas, pois não tinham condições de atuar efetivamente. Esse

contexto levou à legitimação da representação política do povo e da liberdade econômica, naturalizando embates entre os mais variados grupos com capacidades diferentes de ação. O capitalismo possibilitou “conceber uma democracia formal, uma maneira de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a elite e a multidão trabalhadora” (WOOD, 2003, p. 184).

Dessa forma, a maior parte da população continua sendo guiada como blocos humanos passivos ao desenvolvimento econômico, social, perdendo a vez, a voz, a cidadania, num caminhar acrítico. Santos (2003, p. 48-49) afirma que toda sociedade é “estruturalmente marcada pela desigualdade social, a cidadania e a emancipação passam a ser entendidas como processo histórico de confronto entre iguais e desiguais”. Pode-se compreender a cidadania, portanto, como a “habilidade com que cada sociedade maneja, administra a desigualdade social, e nisto ela é mais ou menos cidadã” (SANTOS, 2003, p. 49). Por isso, “é importante compreender a dinâmica da formação social, política, econômica e cultural do povo, para entender as relações de dominação processadas e que contribuíram para a dependência” (SANTOS, 2003, p. 53).

Burity (2005) e Santos (2003) defendem a tese de que no Brasil a exclusão social é um dos traços característicos do ordenamento social, gerando não só “exclusão material, mas também simbólica” (BURITY, 2005, p. 66). Fernandes e Bonfim (2005, p. 131) referendam essa realidade quando retomam a literatura clássica do pensamento social brasileiro para demonstrar que “a vida política municipal sempre foi dotada de um caráter vertical de relações entre governantes e governados. [...] O município brasileiro é destituído do caráter comunitário”. Segundo Lubambo e Coêlho (2005) os fracassos em grande parte das iniciativas de participação estão relacionados a fatores como autoritarismo, baixa capacidade de organização social, falta de informação e transparência das ações do setor público e resistência à própria participação, tanto por parte dos governantes quanto do restante da sociedade.

No caso da atividade turística, Chevitaese e Mattos (2003, p. 4) afirmam que “o turismo sustentável, socialmente responsável e comprometido com o desenvolvimento local, não pode prescindir de ter na participação um indicativo ético fundamental”. Assim, a participação é compreendida como possibilidade de “todos usufruírem dos bens naturais e artificiais, com distribuição do poder, decidir na construção não apenas do como ou do com que fazer, mas também do o que e do para que fazer” (GANDIN, 2001, p. 88). Trabalhar o turismo sob preceitos locais é uma tarefa complexa por ser considerada uma “atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes” (COOPER *et al*, 2001, p. 41).

À medida que o turismo é difundido no espaço e seus impactos positivos ou negativos vão sendo percebidos pelos sujeitos locais, os valores destes em relação aos turistas/visitantes podem progredir da euforia e aceitação para a indiferença, irritação ou repulsa (DOXEY citado por COOPER *et al*, 2001). O contexto da gestão turística sustentável e participativa se torna ainda mais intrincado ao verificar que “a visão dos técnicos que estudam o turismo nem sempre tem considerado a conduta e as atitudes dos moradores dos núcleos receptores” (XAVIER, 2007, p. 67). O autor (2007, p. 82) ainda sugere que sejam feitos

estudos que possam levar a comunidade a observar, a identificar, a perceber e a valorizar a potencialidade dos lugares. [...] Criar formas de associativismo, cooperativismo ou da adoção de trabalho familiar. [...] Identificar estratégias que possam valorizar os lugares, apoiadas no turismo com base local, levando as pessoas a perceberem o valor de seus produtos, calcados no “saber-fazer” do artesanato, da culinária típica, das bebidas, do folclore ou do aproveitamento da paisagem local, bem como do atendimento ao cliente.

Algumas ações, como a criação de Conselhos Municipais, Fóruns Estaduais e Orçamento Participativo, refletem avanços nesse campo, aprimorando a articulação de interesses e a integração socio-político-institucional, mesmo que os efeitos ainda não sejam eficazes e guardem elevado distanciamento das condições ideais. Santos e Avritzer citados por Côrtes (2005, p. 19) argumentam que “o êxito de experiências participativas estaria relacionado à capacidade dos atores sociais transferirem práticas e informações do nível social para o nível administrativo”. Outro fator que influencia na qualidade da participação é a rotatividade dos conselheiros devido à acumulação de atividades, falta de tempo para cumprir todas elas, bem como estabelecimento inadequado de horários para as reuniões. Burity (2005) evidencia fragilidades em todo o processo e avanços na formação de “redes de articulação social, introdução de novas temáticas e crescente preocupação com questões de identidade coletiva e subjetividade” (BURITY, 2005, p. 76). Portanto,

planejar um novo modelo de desenvolvimento sem levar em conta a realidade social, econômica, cultural e relacional dos membros da sociedade conduz, em primeiro lugar, ao não envolvimento destes com o que se pretende realizar, o que levantará uma barreira intransponível entre essa comunidade e a nova; em segundo lugar, esse modo de atuar impede, para todos os efeitos, um desenvolvimento harmônico do destino turístico, que se converterá em um foco permanente de conflito (VALLS, 2006, p. 26).

De acordo com Maximiano (2006), a participação amplia a qualidade no processo decisório e organizacional levando a maior competitividade, pois explora melhor o potencial das

peessoas ao gerar satisfação e motivação nas mesmas. Segundo Souza (2005) a inserção da população nas decisões locais pode ocorrer de três maneiras. Primeira: dar voz aos cidadãos através dos representantes de classes, organizações, instituições e associações nos conselhos municipais, por exemplo. Esse tipo de espaço é constituído a partir de exigências do poder legislativo federal, delegando aos membros empoderamento⁶ e monitoramento das políticas públicas. Segunda: chamamento da comunidade para reuniões a fim de decidir as melhores alocações dos recursos orçamentários do município, o que configura o orçamento participativo como uma iniciativa de natureza local. Terceira: as comunidades carentes expressam suas necessidades com prioridade de atendimento. Geralmente são projetos de pequeno porte e custeados por organismos multilaterais ou internacionais. Permeando todo o processo de transformação há o fator resistência à mudança que, segundo Kwasnicka (2006), é natural. Para superar a resistência “deve-se envolver ao máximo as pessoas e solicitar a participação delas na definição dos objetivos relativos ao setor e todos os aspectos relativos ao cumprimento desses objetivos” (KWASNICKA, 2006, p. 221).

Resultados e discussões

Perfil dos residentes

Dos 337 indivíduos abordados, 167 eram do gênero feminino, configurando 49,6% do total da amostra, e 170 do gênero masculino ou 50,4%. No que se refere à origem dos residentes, 235 (ou 69,7%) nasceram em Ilhéus e 102 (ou 30,3%) nasceram em outros lugares. O tempo médio de residência em Ilhéus foi de 24 anos, com mínimo de oito e máximo de 76 anos. No que se refere à faixa etária, obteve-se um valor médio de 32 anos, sendo a idade mínima de 18 e a máxima de 76 anos. Houve uma concentração nas faixas de 18 a 27, 28 a 37 e 38 a 47 anos, cujos percentuais foram, respectivamente, 41,2%, 29,4% e 18,4%; restando 11% de respondentes acima de 48 anos. Em linhas gerais, a diferença etária não se configurou como um requisito significativo para diferenciação das respostas.

Em relação ao grau de escolaridade, nenhum dos residentes foi caracterizado na condição de analfabeto e apenas 10,1% estão relacionados às séries fundamentais. Assim, 7,7% têm Ensino Fundamental incompleto, 2,4% possuem o Ensino Fundamental completo, 15,1%

⁶ “Processo de fortalecimento dos recursos e capacidades das comunidades pobres e excluídas, de forma a dotá-las de condições para participar da implementação de políticas públicas e ativamente do processo deliberativo, e de responsabilizar as instituições e atores envolvidos por tais deliberações, tornando-as mais transparentes e efetivas” (LUBAMBO; COÊLHO, 2005, p. 259).

não completaram o Ensino Médio, 53,7% dos indivíduos possuem o Ensino Médio completo, 14,2% ainda estão cursando nível superior, 6,2% já são graduados e apenas um dos indivíduos no segmento Mestrado/Doutorado. Quando questionados sobre o nível de renda mensal, 75,3% declararam rendimentos de até R\$ 1.900,00 dos quais 51% dos residentes disseram ganhar entre R\$ 381,00 e R\$ 1.900,00 (172 pessoas), seguidos de 24,3% recebendo até R\$ 380,00 (82 residentes). 14,8% na faixa salarial de R\$ 1.901,00 a R\$ 3.800,00 (50 indivíduos), 3,9% dos moradores locais na escala de R\$ 3.801,00 a R\$ 5.700,00 (13 pessoas), 3,3% de R\$ 5.701,00 a R\$ 7.600,00 (11 pessoas) e 1,2% com mais de R\$ 7.600,00 (quatro pessoas).

Quanto ao perfil ocupacional dos respondentes, 24,3% são funcionários do setor privado (82 pessoas), 22,8% são autônomos (77 pessoas), 17,5% são estudantes (59 pessoas) e 34,8% correspondem ao somatório das categorias Outro (10,7%, ou 36 pessoas), Empresário (9,2%, ou 31 pessoas), Funcionário Público (8,6%, ou 29 pessoas), Desempregado (3,9% ou 13 pessoas) e Autônomo (2,4% ou 77 pessoas). No que se refere ao estado civil dos participantes, 165 são solteiros (49%), 152 são casados (45,1%), 13 são divorciados (3,9%), 5 são viúvos (1,5%) e 2 ou 0,6% classificaram-se na categoria Outro.

Turismo local: identidade e participação dos residentes

O processo de verificação se os residentes se identificavam com o turismo desenvolvido na cidade de Ilhéus foi iniciado com um questionamento de natureza histórico-cultural no sentido de captar, na opinião de cada respondente, a existência ou não de acontecimentos da história local que deveriam ser mais evidenciados pelo turismo. 139 pessoas (41,2%) responderam sim, por acreditarem que a maior parte da história e cultura local não é tão evidenciada quanto deveria; pois, as abordagens nessa área apresentam pouca consistência e continuidade. Citaram a história da cacauicultura, os seus personagens e ambientes; sugeriram, também, o retorno do carnaval cultural e fortalecimento da festa da Puxada do Mastro de São Sebastião em Olivença; reforçando a necessidade de resgatar elementos da cultura popular. 43,3%, o equivalente a 146 pessoas, disseram que não há elementos histórico-culturais que devem ser mais evidenciados, todos já são abordados, mas não com diferencial e qualidade. 15,4% das pessoas não souberam responder.

Em contrapartida, foi perguntado se há fatos históricos da cidade que não devem ser divulgados através do turismo. Apenas 3,9% dos respondentes disseram sim, justificando que não deve ser enfatizada, de maneira isolada, a questão da “sensualidade da Gabriela”

(muito divulgada no romance *Gabriela, Cravo e Canela*, do escritor Jorge Amado), devido à delicadeza do tema e do risco em incentivar a prostituição. E, a “decadência do cacau”, visto que a população se identifica com a pujança da cacauicultura materializada na arquitetura imponente e preservada como patrimônio da cidade.

67,4% (227 pessoas) não se identificam com a forma como o turismo vem sendo desenvolvido na cidade, 23,1% (78 pessoas) se identificam pouco e apenas 9,5% (32 pessoas) se identificam muito. Apontaram como causas a falta de hospitalidade, de apoio do poder público, a ausência de parcerias, a falta de informação e o fato de grande parte dos produtos comercializados não serem formatados, não há novidades, faltam opções para diversão, resultando em vulnerabilidade e inconsistência para a atividade. Pode-se perceber que a população está desestimulada e descrente, o que leva à resistência ou mesmo à indiferença com relação às ações que são desenvolvidas em prol do turismo em Ilhéus.

O elo entre ambiente natural e história local construída pela cacauicultura e presente na identidade coletiva foi ressaltado nos resultados de outra questão, na qual deveriam ser citados três lugares, patrimônio ou manifestação cultural que diferenciasses a cidade de Ilhéus. Prevaleceram as paisagens naturais e a memória histórica e cultural do povo, sustentada no saudosismo de uma época na qual Ilhéus foi referência de progresso e urbanismo na região cacauera, motivo pelo qual ficou conhecida como “Princesinha do Sul”.

Quanto à verificação das formas de participação dos residentes locais no processo de organização da atividade turística no município, buscou-se avaliar, inicialmente, se esses indivíduos frequentam os eventos, festas e manifestações culturais que acontecem em Ilhéus (Tabela 1), a fim de averiguar se a população local percebe desvios no trato cultural, buscando identificar alterações, no que se refere ao padrão e originalidade desses acontecimentos.

Tabela 1 – Participação de residentes em eventos, festas e manifestações culturais

Nível de Participação	Frequência	(%)
Sempre que possível	56	16,6
Às vezes	95	28,2
Raramente	44	13,1
Não participa	139	41,2

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

41,2% dos residentes afirmaram que não costumam participar dos eventos ou manifestações culturais promovidas na cidade. Além desses, 16,6% comparecem sempre que possível, 28,2% frequentam às vezes e 13,1% raramente se interessam pelos mesmos. Os indivíduos que mais participam são da faixa etária entre 18 e 27 anos, em proporção igual de homens e mulheres, 69 pessoas de cada gênero. Comparando o nível de escolaridade e renda com a participação nos eventos, a amostra demonstrou uma maior procura de indivíduos com ensino médio completo e nível superior e com faixa de renda de R\$ 381,00 a R\$ 3.800,00. Essa baixa participação resulta da falta de criatividade e profissionalismo na elaboração dos eventos, falta de integração, de significado, de continuidade, de valorização da cultura, de estrutura e acessibilidade.

Ao serem questionados sobre alterações em eventos relacionados à cultura e história dos habitantes, 7,1% afirmaram que sempre há modificações como, por exemplo, no vestuário e demais elementos visuais que possam influenciar na apreciação do turista; 8,3% indicaram que às vezes são feitas apresentações em locais não tradicionais, e 31,5% não acham que existam alterações que deturpem a natureza real dos eventos, mesmo porque a cultura é dinâmica. 53,1% não souberam responder e disseram que gostariam de conhecer melhor o próprio espaço.

É perceptível, também, a ausência de cooperação social e política na cidade, seguida da falta de consciência de que cada indivíduo tem um papel a cumprir no ambiente em que habita. Resultado disso é que 94,1% dos residentes afirmaram não participar de nenhum tipo de associação comunitária ou de profissionais, entidades, ONG's; contra 5,3% que estão integrados à Maramata, associações de bairro, à ONG Floresta Viva ou cruzadas evangélicas de ação social. Isso se deve não apenas ao sentimento de individualidade arraigado nas sociedades, mas também à descrença quanto aos resultados e sua continuidade, dificuldade de cooperação e associação, falta de capacitação/conhecimento, falta de apoio do setor público e falta de tempo, já que para uma sobrevivência de qualidade e com o baixo nível salarial vigente no país a rotina de trabalho tem que ser intensificada para atender às necessidades familiares, reduzindo o tempo e a possibilidade de cada indivíduo se dedicar diretamente ao espaço social.

Outro aspecto a ser avaliado é a compreensão dos indivíduos quanto a seu papel e responsabilidade com o espaço de vivência (Tabela 2). 133 residentes (39,5%) consideraram que

a população é muito responsável pelo desenvolvimento do turismo e suas consequências na cidade de Ilhéus. Defendem que o governo não tem que assumir todas as obrigações, que também há falta de dedicação e esforço da população para buscar qualificação e profissionalismo, que os moradores precisam ser mais hospitaleiros com os turistas e aprimorar a qualidade do atendimento, auxiliar na preservação da cidade, do patrimônio material e imaterial, não poluir, tentar adequar os produtos e a prestação de serviços aos perfis dos turistas que visitam a cidade. Argumentaram que a população não sabe escolher os governantes e não costumam exigir dos mesmos, possibilitando o clientelismo.

Tabela 2 – Responsabilidade dos residentes em relação ao turismo

Nível de Responsabilidade	Frequência	(%)
Muito	133	39,5
Pouco	72	21,4
Não é responsável	125	37,1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dentre os respondentes, 72 (21,4%) consideraram que a população tem pouca responsabilidade com o desenvolvimento e os efeitos do turismo em Ilhéus. Mencionaram os fatores supracitados e enfatizaram que a maior responsabilidade é da prefeitura e dos órgãos públicos que não desenvolvem políticas públicas, ações e projetos que estimulem o empreendedorismo, não fornecem cursos de capacitação, serviços públicos de qualidade, não zelam pela infraestrutura da cidade. Acrescentaram, também, que as ações executadas pelo Conselho Municipal de Turismo e pela Prefeitura não são amplamente divulgadas para a sociedade, não havendo estímulos eficazes à sua integração. Além disso, o serviço público está em descrédito com a população, pois a falta de atuação eficiente e eficaz dos órgãos competentes desestimula a participação de outros agentes sociais. Soma-se a isso a frequente alternância das pessoas que ocupam lugares nos conselhos gestores e a falta do domínio técnico e operacional.

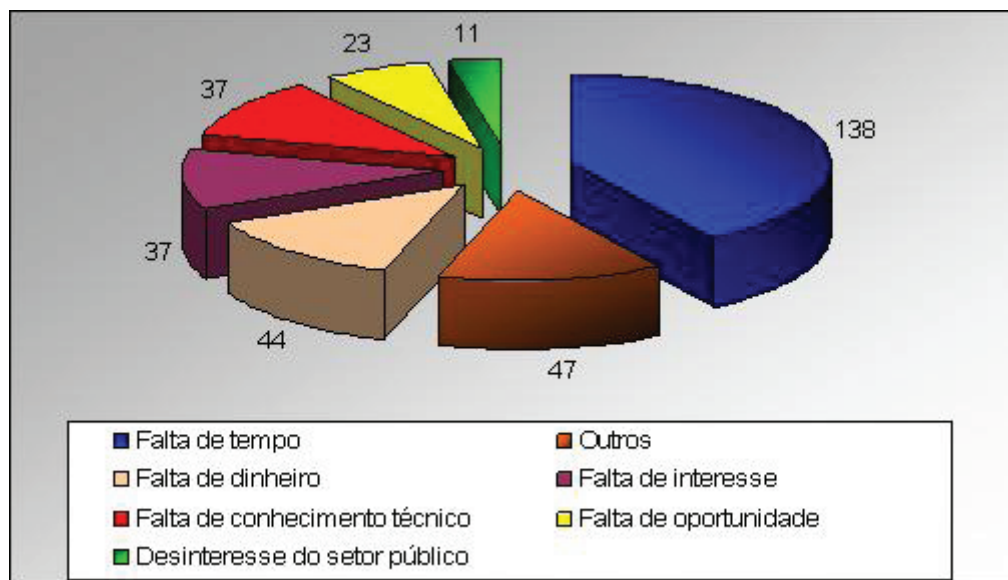
Numa posição extremista, 125 (37,1%) moradores abordados disseram que a população não tem nenhuma responsabilidade com o desempenho da atividade turística, muito menos com seus efeitos. A responsabilidade é da administração pública e se a comunidade não está integrada ou capacitada é porque os projetos não estão sendo adaptados às necessidades locais. 7 pessoas (2,1% do total) não responderam a questão. Foi perguntado, então, se tinham

conhecimento da existência do Conselho Municipal de Turismo – Comtur (local para discutir as questões relacionadas ao desenvolvimento turístico de Ilhéus). 39,5% (133) responderam sim, 38% (128) disseram não e 22,6% (76) afirmaram já ter ouvido falar nesse Conselho, mas não sabiam onde fica a sede, qual a finalidade, quais as ações, nem quem são os dirigentes. Esse pode ser mais um indício de que é difícil ampliar a integração da população se os coordenadores de projetos e ações públicas não se mantiverem próximos da comunidade. Cabe o questionamento, também, sobre a qualidade das formas de representação dos diversos grupos de interesse existentes na cidade.

Os residentes foram questionados se gostariam de se engajar mais no processo de organização e execução dessa atividade. Dos 337 participantes na pesquisa, 242, ou 71,8% disseram não e 95 (28,2%) afirmaram que sim. Dentre os que responderam não, foram apresentadas justificativas como falta de tempo, o trabalho não tem nenhuma relação com a atividade, ou que não gostariam de participar porque aqueles que estão envolvidos com o desenvolvimento do turismo “dão início a alguns projetos, mas que não dá em nada”. As pessoas que expressaram interesse em se integrar mais fazem parte, em sua maioria, da faixa etária com 18 a 27 anos e apontaram os seguintes segmentos de ação: auxiliar na divulgação da cidade, na organização de manifestações culturais, ser guia turístico, dar opiniões à Secretaria de Turismo sobre os bairros ou distritos onde residem, participar de cursos de capacitação e aprender a receber os turistas.

Foi solicitado aos respondentes que apontassem três fatores responsáveis pela limitação a um maior engajamento (Figura 1). Os maiores problemas estão concentrados em questões como falta de tempo ou de dinheiro para gastos pessoais, falta de interesse em participar devido às incoerências, descaso e falhas do setor público com o turismo. Daí não se sentirem motivados a gastar dinheiro com locomoção para prestar trabalho voluntário, por exemplo (em grande parte dos casos a renda familiar ou individual é insuficiente para a satisfação de necessidades básicas). Com menor evidência, indicaram fatores como falta de oportunidade/contato com os dirigentes locais e ausência de preparo técnico-operacional. Na categoria ‘outros’ estão agregadas pequenas ocorrências, a saber: dificuldade em manter contato com turistas estrangeiros pelo fato de não falar outros idiomas, falta de desenvoltura, pouca divulgação das informações, morar distante do centro da cidade, irresponsabilidade no setor administrativo, pequena produção de projetos turísticos e descontinuidade temporal em função da sazonalidade.

Figura 1 – Fatores limitantes à participação



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Considerações finais

No que se refere ao turismo, o nível de integração da comunidade é insuficiente, tanto em relação ao usufruto de benefícios quanto à colaboração. Os benefícios ainda são concentrados devido a fatores como acessibilidade, falta de renda para consumir experiências que ambientes ou equipamentos turísticos podem proporcionar, baixa capacidade de enfrentamento da sazonalidade, restringindo à alta estação a maioria das ações empreendidas, reduzida diversidade de opções e restrição de público.

Já no quesito colaboração, parte dos residentes não demonstrou interesse efetivo em interferir no padrão atual de desenvolvimento turístico, considerando, aqui, a capacidade de exigir, de denunciar ou atuar em aspectos que compõem seu espaço de vivência cotidiana. Consideraram que a responsabilidade maior é do setor público, sem desconsiderar os efeitos das ações do setor privado. Outra parte dos respondentes, apesar de compreender que também são responsáveis pelo espaço em que vivem, tem a motivação para agir reduzida em função da descrença já instaurada pelo quadro político desarticulado, desagregador e descompromissado com áreas e questões que extrapolam o centro da rede turística, mas que a influenciam direta ou indiretamente.

Foram feitas afirmativas de que “nada vai pra frente”, portanto, não valeria a pena se envolver. Apesar do cenário político desestimulador, os indivíduos que reconhecem seu papel

de ação cogitaram colaborações pontuais, mas não tinham interesse de se engajar em intervenções continuadas, formais. Uma pequena parte que gostaria de se integrar diretamente ao turismo visualizava uma oportunidade de emprego. A construção de expectativas de obter benesses sem esforços demonstra um quadro mental que pode ser traduzido, em certa medida, em condicionalidades que reprimam avanços e transformações.

O fato de a população valorizar o patrimônio local sem conhecimento, mesmo que parcial, de fatos históricos demonstra, em parte, a superficialidade com que a história e a cultura são abordadas por parte da Secretaria de Turismo e da Prefeitura Municipal, em parceria com agentes privados e agências não-governamentais responsáveis pela promoção do turismo local. Ao serem precariamente trabalhados, não atingem sua carga cultural potencial, o que por consequência inviabiliza olhares e condutas dos residentes quanto à valorização dos mesmos.

Em função das complexidades que permeiam todo o processo de desenvolvimento da atividade turística e da diversidade de interesses envolvidos, acredita-se que a adoção de uma perspectiva endógena do espaço e da atividade em análise possa contribuir com o equilíbrio do processo. Seria necessário desenvolver sondagem das áreas, dos grupos que nelas habitam e atuam e dos seus costumes a fim de elaborar matrizes de potencialidades e entraves que cada ambiente avaliado pode apresentar para o turismo na cidade. Após esse diagnóstico, o planejamento a ser desenvolvido teria informações que respaldassem, mesmo que parcialmente, a previsão de impactos futuros, das possíveis falhas, bem como formas de reverter desequilíbrios.

Outro fator importante é a aproximação da esfera administrativa e da comunidade, permitindo aos gestores a identificação das formas mais adequadas para abordar cada grupo, quais os mecanismos capazes de sensibilizá-los e como poderiam contribuir; empreendendo uma preparação comunitária personalizada por ambientes. O levantamento de dados nessa etapa pode ser feito através de questionários, observação neutra e participante, entrevistas e reuniões utilizando-se a técnica de grupo focal. O próximo passo é a formatação de cursos de extensão, oficinas, treinamentos, palestras, em parceria com o poder público e privado e as instituições de ensino superior existentes no município, desenvolvendo sempre a valorização do ambiente, das pessoas, das identidades, de sua cultura, e a prática do empreendedorismo, mesmo em escala micro, familiar. Essa última ação colabora, por exemplo, com a formação do sentimento de dignidade do indivíduo, amplia a renda e a capacidade de consumo.

Dentre outros aspectos, planejar a atividade turística sob a ótica local significa identificar as potencialidades e restrições do espaço, a capacidade técnica e operacional, os custos

e benefícios e as expectativas dos diversos atores sociais, buscando integrá-los, direta ou indiretamente, na rede de atividades, relações e benefícios que compõem o turismo em um determinado espaço. Apesar de muitos dos residentes não possuírem informações suficientes que os capacitem a intervir, têm a capacidade de identificar e distinguir problemas e fragilidades no espaço em que habitam. Por isso, podem se tornar parceiros indispensáveis para o aprimoramento da gestão e do planejamento turístico local.

É necessário ressaltar que a defesa por uma perspectiva endógena com vistas a garantir a difusão dos benefícios do turismo com sustentabilidade, não desconsidera os fenômenos que extrapolam as fronteiras de um território, devido ao fato do turismo ser desenvolvido em escala global, intrinsecamente ligado a questões não só econômicas e políticas, mas também a processos contínuos de tradução (HALL, 1999) e hibridização cultural (CANCLINI, 2003). A educação pode figurar, nessa instância, segundo Hopenhayn (2003), como um mecanismo de construção da comunicação intercultural, na qual é possível o diálogo do eu com o outro sem conflitos nem destruição das identidades particulares, é a aprendizagem com alteridade.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. *Metodologia da Ciência: filosofia e prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BRANDÃO, C. A. L. A natureza da cidade e a natureza humana. In: BRANDÃO, C. A. L. (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRANDT, L. *II Fórum Internacional de Cultura*. Palestra. Representante – Brandt Associados. DVD 04. Salvador – BA, 01 set. 2006.

BURITY, J. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, C.; COELHO, D. B.; MELO, M. A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

CHEVITARESE, L.; MATTOS, F. F. de. "PARTICIPAÇÃO": utopia pós-moderna para o turismo sustentável. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL (ENTBL), 2003, Ilhéus. *Anais...* Ilhéus: Editus, 2003.

COOPER, C. *et al.* *Turismo: princípios e práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CÔRTEZ, S. M. V. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBAMBO, C.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEBENEST, M. *II Fórum Internacional de Cultura*. Palestra. Representante do Ministério da Cultura. DVD 01. Salvador – BA, 31 ago. 2006.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

FERNANDES, A. S. A.; BONFIM, W. L. de S. A democratização da gestão municipal no Brasil: a abordagem teórica do objeto. In: LUBAMBO, C.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção. *Currículo sem fronteiras*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vollisslarticles/gandin.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOPENHAYN, M. Educação e cultura na Ibero-América: situação, cruzamentos e perspectivas. In: CANCLINI, N. G. (Org.). *Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento*. São Paulo: Moderna, 2003.

IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. de M. Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária no Brasil – Estudo de Caso: Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE). In: VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2003, Ilhéus. *Anais...* Ilhéus: Editus: 2003.

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LUBAMBO; C. W.; COÊLHO, D. B. Governo e sociedade civil aprendem: o que revela a experiência recente de participação em Pernambuco. In: LUBAMBO, C.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

KWASNICKA, E. L. *Introdução à Administração*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, A. L. R. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2005.

SAMARA, B. S.; BARROS, J. C. de. *Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

SANTOS, N. L. V. V. *Cidadania no discurso da modernidade: uma interpelação à razão comunicativa*. Ilhéus: Editus, 2003.

SOUZA, C. Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade. In: LUBAMBO, C.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

VALLS, J. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NOIA, Angye Cássia; ÁVILA, Marco Aurélio; MIDDLEJ. Moema Maria B. C. Análise da participação e identificação de residentes com o padrão de turismo desenvolvido na cidade de Ilhéus (BA). *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 28-48, jun.- dez. 2009.

XAVIER, H. *A percepção geográfica do Turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

WOOD, E. M. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Artigo recebido em 18 de outubro de 2009

Aprovado para publicação em 30 de outubro de 2009